

A dupla jornada de trabalho do jornalista

Prof. Gerson Luiz Martins

Fato usual e corriqueiro no mercado de trabalho dos jornalistas é a dupla jornada de trabalho. Em cada 10 jornalistas em atividade, pelo menos quatro tem dupla jornada de trabalho. A legislação que regulamenta a profissão do jornalista determina que a jornada de trabalho seja de cinco horas com a possibilidade de mais três de horas extras. Esse fato permite que o jornalista possa atuar em duas empresas, ou de duas ou mais formas de atividade. Em princípio essa situação não é condenável e tampouco inflige o Código de Ética profissional. Até certo ponto! Quando a dupla jornada de trabalho se caracteriza por atividade em redação jornalística e a outra em instituição comercial ou pública na função de assessor de comunicação ou assessor de imprensa, a dupla jornada inflige diretamente o Código de Ética de acordo com o artigo 7º, inciso VI.

Na realidade local, esse fato é contumaz. Há vários jornalistas que atuam na redação de jornal, TV, rádio ou internet que ao mesmo tempo exerce a função de assessor de imprensa (ou comunicação) em órgãos públicos ou empresas privadas. Essa situação, conforme citado anteriormente, é, no mínimo, antiética. Qual é a isenção, o compromisso com a verdade, a responsabilidade social desse jornalista no trabalho como repórter, redator ou editor com esse duplo vínculo? Como poderá esse repórter cobrir com precisão, eticamente as pautas que tratam direta ou indiretamente das questões que envolvem a instituição assessorada? Muitos poderão afirmar que esse repórter não trabalha em pautas que tratam das questões relacionadas à instituição que assessora. No entanto, que garantias a população tem se esse repórter não irá influenciar, no âmbito da redação, as pautas que tratam de assuntos relacionados ao assessorado? Em síntese. Eticamente não é possível, não admissível que esse repórter possa atuar dessa forma. Em outras palavras, “é servir a Deus e ao diabo ao mesmo tempo”. Está comprometido. Não haverá isenção. Perde-se o maior patrimônio de um jornal, telejornal, ciberjornal que é a credibilidade.

Infelizmente essa não é a única faceta da situação. Deve-se perguntar por que um jornalista aceita essa dupla jornada em situações eticamente reprovada? E a resposta imediata se traduz na baixa remuneração recebida nas redações. Do lado das assessorias, os salários são, normalmente, vantajosos, expressivos. No entanto, ninguém quer ficar apenas na assessoria, o “sangue” da reportagem, o “calor” do repórter o impede de sair da redação. É lá que ele encontra sua satisfação profissional, sua realização pessoal. E ainda, o trabalho nas assessorias, principalmente na área pública ou política, é sempre um trabalho temporário, circunstancial. Se o vereador, deputado, prefeito, governador perder o mandato, provavelmente, por melhor profissional que o seja, o jornalista perderá seu trabalho. Todos sabem, tem consciência que esse “bom salário” é temporário. Sua renda, seu trabalho efetivo advém da redação, onde ele encontra satisfação pessoal na profissão.

Aqui o leitor poderá questionar, se o trabalho na redação satisfaz e é a realização profissional do jornalista, por que ele não reivindica melhores salários ou condições de trabalho? E a resposta é, do ponto de vista qualitativo, trágica! Para se conseguir melhores condições de trabalho, melhores salários é necessário a valorização profissional, que se traduz na qualificação do jornalista seja no aspecto da formação universitária específica, seja no aprimoramento por meio de cursos até mesmo de pós-graduação e, por fim, remete a um reforço corporativo dos profissionais, processo natural em qualquer área profissional. Vejam os exemplos dos profissionais da

medicina, das engenharias, do direito por meio dos conselhos profissionais. Somente com a atuação em prol das melhorias corporativas haverá alguma perspectiva das melhores condições de atuação. Nesse aspecto, se pode lembrar da atuação da corporação, por meio do sindicato dos jornalistas, em prol da criação do curso de jornalismo na UFMS. Se não houvesse essa mobilização, mesmo contrária a todas as tendências dos conselhos da UFMS naquele momento, não haveria hoje um curso que qualificou inúmeros jornalistas de reconhecidos em todo país como por exemplo Rubens Valente e Jairo Marques na Folha de S.Paulo e ainda Veruska Donato na Rede Globo, entre vários outros. Conforme informações do professor do Departamento de Jornalismo da UFMS, Edson Silva, foram quase cinco anos de trabalho da comissão instituída pelo Sindicato dos Jornalistas para concretizar a proposta. Neste ano, o Curso de Jornalismo da UFMS comemora 20 anos de atividade com explícita presença em todas as empresas jornalísticas locais. Há 20 anos a maioria dos profissionais em atuação não tinha formação universitária em Jornalismo. Hoje, a realidade é inversa. A maioria dos profissionais são qualificados nos cursos universitários de jornalismo. Há nítida preferência dos empresários pelos profissionais egressos dos cursos de Jornalismo. Não obstante essa realidade, somada a uma desvalorização profissional, os jornalistas ainda não perceberam a necessidade de fortalecer a corporação para garantir, a cada dia, o respeito e a valorização do jornalista. É preciso ter consciência e clareza da posição estratégica do profissional do jornalismo para a consolidação democrática do país e da necessária formação científica, técnica e humanística realizada unicamente pelos cursos universitários de jornalismo.

professor do Curso de Jornalismo da UFMS. E-mail: gmartins@ufms.br